



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Apoiar os reabilitados a integrarem-se na sociedade

Desde 1993, o Governo de Macau tem vindo a proporcionar aos reclusos, através de cooperação interdepartamental, cursos de educação e formação, e também o curso de ensino primário (a partir de 1996, o ensino primário passou a ensino recorrente de nível primário). Em 2001, foi criado o curso do ensino recorrente de nível secundário elementar¹. Para além do ensino escolar, são também proporcionados cursos de formação técnico-profissional e de formação profissional com certificados, a fim de elevar a capacidade de reinserção social dos reclusos. Por outro lado, o Governo da RAEM criou, em 2006 e em cooperação com empresas privadas, o “Programa de empregadores generosos”, e este ano, através do “Programa de procura remota de trabalho”, apresentou a situação real do trabalho aos reclusos e aos reabilitados, para que estes possam obter mais informações de recrutamento.

Segundo os dados do Governo, no ano passado, a taxa de recrutamento dos reclusos e dos reabilitados, através do “Programa de empregadores generosos”, foi de 40 por cento e 48 por cento, respectivamente, e os cargos arrançados foram principalmente os seguintes: motorista de veículos pesados, empregado de mesa, trabalhador de padaria e de loja de recepção de produtos comprados *online*, etc.² No

¹ Ng Ioi On, “Educação na Prisão” e Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude, “Aprendizagem Contínua”, Revista, 2.ª edição, Novembro de 2002.

https://www.dsedj.gov.mo/cep/lifelong_learning/02/3-2.htm

² “Quase 50% dos reabilitados foram contratados”, *Macau Daily*, página A02, 10 de Maio de 2021.

http://www.macaodaily.com/html/2021-05/10/content_1515228.htm



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

entanto, segundo alguns reabilitados, as exigências ao nível das habilitações académicas para o ingresso na carreira estão sempre a aumentar, e os cursos de ensino ministrados pelo Governo no estabelecimento prisional são apenas o primário e o secundário elementar, e, mesmo que existam ainda outras formações com certificados, o processo de procura de emprego continua a ser difícil para os mesmos.

É de salientar que, desde 2007, o Governo da RAEM começou a incluir o ensino secundário complementar no âmbito da escolaridade gratuita, assim, mesmo que o número de alunos na prisão e os respectivos custos sejam diferentes dos das escolas normais, isso não deve ser motivo de impedimento de acesso ao ensino secundário complementar por parte dos reclusos e, antes pelo contrário, o Governo deve envidar todos os esforços para criar condições para a realização deste curso. Além disso, a Direcção dos Serviços Correccionais não só executa as penas, mas também promove a reinserção social dos reclusos. Se se puder, através da educação, proporcionar aos reclusos uma orientação correcta, para que estes possam elevar a sua auto-estima e técnica profissional durante o cumprimento da pena, a sua reintegração social será mais fácil, o seu reconhecimento e a sua pertença à sociedade serão elevados, e a possibilidade de voltarem a cometer crimes também será reduzida.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Os actuais cursos de ensino proporcionados no estabelecimento prisional já estão a ser realizados há cerca de 30 anos e, mesmo que tenha sido criado o curso do ensino recorrente de nível secundário elementar, este também já está a ser realizado há 20 anos. Tendo em conta a mudança constante do ambiente de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

trabalho e a elevação contínua das exigências ao nível das habilitações académicas de ingresso na carreira, o Governo deve proporcionar também o curso de ensino recorrente de nível secundário complementar, para que os reabilitados possam adaptar-se melhor ao desenvolvimento social e consigam responder às exigências das habilitações académicas básicas do mercado de trabalho, com vista a ajudá-los a reintegrarem-se na sociedade. Vai fazê-lo?

- Embora o Governo disponibilize aos reclusos cursos de formação técnico-profissional e de formação profissional com certificados, muitas empresas, de grande envergadura, aquando do recrutamento, também exigem certificados reconhecidos internacionalmente ou que satisfaçam os respectivos padrões. Actualmente, no estabelecimento prisional estão a ser proporcionados exames de qualificação profissional com reconhecimento internacional nas áreas de pastelaria, beleza e vestuário. Deve-se também, tendo em conta o desenvolvimento social, colaborar com, por exemplo, o Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau, para realizar cursos de certificação com reconhecimento internacional, para que as técnicas aprendidas pelos reclusos sejam reconhecidas e possam melhor articular-se com as exigências da sociedade, aumentando assim as oportunidades de os reclusos serem contratados no futuro. Isto vai ser feito?

10 de Dezembro de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Leong Wong